

OFICIO Nº 0044-26

Areia, 06 de Abril de 2026

Ao Setor de Licitação
Presidente da Comissão de Licitação

Referente: Abertura de Processo Licitatório para Execução de Pavimentação em Paralelepípedo na localidade de Ladeira Vermelha e Zé da Penha, em Muquém, Zona Rural do Município de Areia/PB.

Senhor(a) Presidente,

Venho, por meio deste, solicitar a abertura de processo licitatório para a execução de pavimentação em paralelepípedo nas localidades **Ladeira Vermelha e Zé da Penha**, em Muquém, zona rural do município de Areia/PB:

- Trecho 01: Ladeira Vermelha
- Trecho 02: Zé da Penha

Contemplando uma área total de **2.114,71 m²**, com valor estimado de **R\$ 319.225,77 (trezentos e dezenove mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos)**, conforme planilha de quantitativos e custos.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de melhoria da infraestrutura viária local, tendo em vista que as vias existentes apresentam condições precárias de trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos, com ocorrência de lama, processos erosivos e dificuldade de acesso para moradores e serviços essenciais.

A solução adotada — pavimentação em paralelepípedo — mostra-se tecnicamente adequada ao contexto da via rural, proporcionando melhor drenagem superficial, maior resistência às condições climáticas e redução de custos de manutenção ao longo do ciclo de vida do empreendimento.

A intervenção contribuirá diretamente para:

- melhoria da mobilidade urbana e rural e garantia de acessibilidade e segurança viária;
- valorização da área beneficiada;
- elevação da qualidade de vida da população;
- atendimento ao interesse público.

Dessa forma, encaminha-se a presente solicitação para as providências cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Certo(a) de contar com a atenção de Vossa Senhoria, renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Fabianna Perazzo de Melo Cabral
Secretária de Infraestrutura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) (Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda decorre da necessidade de intervenção na infraestrutura viária das localidades **Ladeira Vermelha e Zé da Penha**, em Muquém, zona rural do município de Areia/PB, onde as vias existentes apresentam condições inadequadas de trafegabilidade, com presença de lama, processos erosivos e dificuldades de acesso, especialmente em períodos chuvosos, comprometendo a mobilidade, a segurança viária e o acesso a serviços essenciais.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Execução de pavimentação em paralelepípedo em área total de 2.114,71 m², incluindo serviços de:

- regularização e compactação do subleito;
- assentamento de meio-fio;
- execução de pavimento em paralelepípedo sobre colchão de areia;
- rejuntamento com argamassa;
- serviços complementares e acabamento final.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender ao interesse público, proporcionando:

- melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade;
- aumento da segurança viária;
- redução de custos de manutenção corretiva;
- mitigação de impactos causados por intempéries;
- valorização da infraestrutura urbana e rural.

4. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Foram analisadas as seguintes alternativas:

Solução 1 – Manutenção das vias existentes

- Baixo custo inicial;
- Elevado custo recorrente;
- Ineficiência estrutural.

Solução 2 – Pavimentação asfáltica

- Maior custo de implantação;
- Maior necessidade de manutenção;
- Menor adequação ao contexto rural.

Solução 3 – Pavimentação em paralelepípedo (solução adotada)

- Maior durabilidade;
- Melhor desempenho em drenagem superficial;
- Facilidade de manutenção localizada;
- Adequação técnica ao cenário rural.

5. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Execução de pavimentação em paralelepípedo com base em colchão de areia, meio-fio em concreto e sistema de drenagem complementar, conforme normas técnicas aplicáveis (ABNT, DNIT, SINAPI e ORSE).

6. ESTIMATIVA DE CUSTOS

- Valor estimado: **R\$ 319.225,77**
- Base de referência: composições SINAPI e ORSE

Contempla:

- serviços preliminares;
- terraplenagem;
- pavimentação;
- serviços complementares.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar:

- execução conforme projeto e especificações técnicas;
- profissional habilitado com ART;
- registro em Diário de Obra;
- cumprimento de cronograma físico-financeiro;
- atendimento às normas técnicas vigentes;
- regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

8. ANÁLISE DE MERCADO

O objeto é amplamente ofertado no mercado regional, com disponibilidade de empresas de engenharia civil aptas à execução, garantindo competitividade e economicidade.

9. ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Mitigação
Atrasos na execução	Controle de cronograma
Falhas construtivas	Fiscalização contínua
Materiais inadequados	Controle de qualidade
Interferências climáticas	Planejamento executivo

10. SUSTENTABILIDADE

A solução apresenta vantagens ambientais:

- permeabilidade parcial do solo;
- redução de erosão;
- menor impacto ambiental;
- possibilidade de reaproveitamento de materiais.

11. RESULTADOS ESPERADOS

- melhoria da trafegabilidade;
- redução de custos de manutenção;
- aumento da segurança viária;
- valorização da área.

12. VIABILIDADE

- ✓ Tecnicamente viável
- ✓ Economicamente adequada
- ✓ Alinhada ao interesse público

13. CONCLUSÃO

Conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se a abertura de processo licitatório para execução da pavimentação em paralelepípedo das localidades **Ladeira Vermelha e Zé da Penha**, em Muquém, zona rural do município de Areia/PB.

MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO
(Art. 117 e Art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

Objeto: Execução de Pavimentação em Paralelepípedo nas localidades de **Ladeira Vermelha e Zé da Penha**, em Muquém, zona rural do município de Areia/PB

Área: 2.114,71 m²,

Valor estimado: R\$ 319.225,77

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

O presente instrumento estabelece as diretrizes para a gestão e fiscalização do contrato administrativo destinado à execução de pavimentação em paralelepípedo, visando assegurar a adequada execução do objeto contratado, em conformidade com o projeto, orçamento, especificações técnicas e legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

A Administração designará formalmente:

- I – **Gestor do Contrato**, responsável pela coordenação administrativa e contratual;
- II – **Fiscal Técnico do Contrato**, profissional habilitado, responsável pelo acompanhamento da execução física da obra.

Parágrafo único. Os agentes atuarão de forma integrada, sem prejuízo de suas atribuições legais, sendo vedada a acumulação indevida de funções que comprometa a segregação de responsabilidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

Compete ao Gestor do Contrato:

- I – acompanhar a vigência e a execução contratual;
- II – controlar os saldos contratuais e a execução financeira;
- III – autorizar medições e encaminhar processos de pagamento;
- IV – analisar e deliberar sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- V – instruir processos de aditivos contratuais;
- VI – adotar providências em caso de inadimplemento;
- VII – registrar ocorrências relevantes;
- VIII – assegurar o cumprimento das disposições contratuais e legais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

Compete ao Fiscal Técnico:

- I – acompanhar a execução da obra in loco;
- II – verificar a conformidade dos serviços com o projeto e especificações;
- III – validar as medições dos serviços executados;
- IV – exigir a correção de falhas ou irregularidades;
- V – emitir relatórios técnicos periódicos;
- VI – manter atualizado o Diário de Obra;
- VII – atestar a qualidade dos materiais e serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

Constituem instrumentos obrigatórios de controle:

- I – Diário de Obra;
- II – Relatórios de fiscalização;
- III – Boletins de Medição (BM);
- IV – Registro fotográfico;
- V – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- VI – Cronograma físico-financeiro aprovado;
- VII – Planilha orçamentária contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE FISCALIZAÇÃO POR ETAPA

I – Serviços Preliminares

- Verificação da placa de obra conforme normas vigentes;
- Conferência das informações obrigatórias.

II – Terraplenagem

- Regularização e compactação do subleito;
- Verificação da estabilidade do solo;
- Controle das condições de drenagem superficial.

III – Pavimentação

- Assentamento de meio-fio em concreto: alinhamento, nivelamento e fixação;
- Meio-fio em pedra: estabilidade e rejuntamento;
- Pavimentação em paralelepípedo:
 - controle dimensional das peças;
 - assentamento sobre colchão de areia;
 - rejuntamento com argamassa;
 - compactação e regularidade superficial.

IV – Complementos

- Caiação de meio-fio;
- Limpeza final da obra;
- Remoção de entulhos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

§1º As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aferidos pela fiscalização.

§2º O pagamento ficará condicionado a:

- I – aprovação da medição pelo Fiscal Técnico;
- II – atesto do Gestor do Contrato;
- III – comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

§3º As medições deverão observar o cronograma físico-financeiro aprovado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DE PRAZOS

§1º A execução obedecerá ao cronograma estabelecido.

§2º Eventuais atrasos deverão ser formalmente justificados.

§3º O descumprimento injustificado ensejará aplicação de penalidades contratuais.

CLÁUSULA NONA – DAS NÃO CONFORMIDADES

§1º Serviços executados em desacordo com as especificações deverão ser corrigidos sem ônus para a Administração.

§2º O descumprimento das determinações da fiscalização poderá ensejar sanções administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I – **Recebimento Provisório:** após conclusão dos serviços, mediante vistoria técnica;

II – **Recebimento Definitivo:** após período de observação e verificação da conformidade, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§1º A execução deverá atender às normas técnicas aplicáveis (ABNT, DNIT, SINAPI e ORSE).

§2º Qualquer alteração no objeto deverá ser previamente autorizada pela Administração.

§3º A contratada será responsável pela qualidade, segurança e durabilidade dos serviços executados.

§4º A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

Areia/PB, ____ de _____ de 2026

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato